

CLIENTE: CBH-DOCE
VEÍCULO: Folha Vitória
DATA: 22/11/2015

[Leia reportagem completa](#)

© 23/11/2015 às 15h52 (Atualizado em 23/11/2015 às 16h03)

"Mar de Lama": Praias interditadas em Regência após chegada de rejeitos de barragens

A população de Regência e Povoação vive da pesca e do turismo e tem as atividades prejudicadas com a água barrenta que avança sob o mar do litoral

Folha Vitória
Redação Folha Vitória

Versão para impressão

Enviar por e-mail

Recomendar Tweet G+ 0



A lama com rejeitos de minério vinda pelo Rio Doce atingiu o mar no último domingo (22)
Foto: CBH Doce / Divulgação

A prefeitura de Linhares (ES) interditou as praias de Regência e Povoação após a chegada ao mar da lama do rompimento de barragem em Mariana (MG). A prefeitura espalhou placas ao longo das praias informando que a água está imprópria para o banho.

A lama com rejeitos de minério vinda pelo Rio Doce atingiu o mar ontem (22), segundo informações da Prefeitura de Linhares. A lama com rejeitos de minério vinda pelo Rio Doce atingiu o mar ontem

a lama deve se espalhar por uma extensão de 9 quilômetros no mar. A população de Regência e Povoação vive da pesca e do turismo e tem as atividades prejudicadas com a água barrenta que avança sob o mar.

Na sexta-feira (20) o titular da 3ª Vara Civil de Linhares, juiz Thiago Albani, determinou que a Samarco retirasse as boias de contenção instaladas e abrisse a foz do Rio Doce para que a lama de rejeitos se dissipe no mar. Para a decisão, foram ouvidos técnicos ambientais do município e de órgãos como o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema).

A ação foi ajuizada pela procuradoria da prefeitura de Linhares. Conforme técnicos do Iema, reter a chegada da lama ao mar traria mais prejuízos como o risco de inundações e decantação do sedimento em lagoas da região.

A decisão de abrir a foz do Rio Doce contraria a determinação da Justiça Federal do Espírito Santo, que exigia da mineradora a tomada de medidas para impedir a chegada da lama ao mar.

A Samarco divulgou nota informando que toma as providências definidas pelo Ministério Público, Iema, Instituto Chico Mendes e Tamar, de modo a direcionar a lama para o mar e proteger a fauna e flora na foz do Rio Doce.